

A Nova Ordem Militar Mundial e o Brasil

Lauro Ney Menezes*

Palestra proferida em 17 de agosto de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.

Atendendo ao gentil convite do Presidente do IGHMB, Luiz Paulo Macedo Carvalho, aqui está este velho aviador para desenvolver uma tese que, recentemente, fez publicar no jornal *O Globo*. Nela, o que simplesmente fizemos foi ordenar dados colhidos nas matérias que vêm sendo postas ao conhecimento público, sem restrição alguma, por meio de mídia escrita, o que nos permitiu, facilmente, concluir quanto à gênese de uma Nova Ordem Militar Mundial, para a qual cabe o Brasil despertar.

No ordenamento desses mencionados dados, partimos da análise, fortemente perceptível, da modificação da *rationale* que anima as atuais doutrinas e estratégias militares (e que já permeiam as nossas), proveniente da eliminação da bipolaridade do poder mundial e da conseqüente eliminação do inimigo. Essa inexistência (falsa) do inimigo gerou, até mesmo nas sociedades dos países fortemente armados do G7, uma perceptível *crise de identidade*,

naquilo que se refere à existência ou não de suas Forças Armadas. E o Brasil não ficou imune a ela.

Essa propalada crise estriba-se nas questões abaixo, a seguir colocadas à guisa de pesquisas (veladas) de opinião: Para que existem as Forças Armadas? Quanto vale (e custa) mantê-las? Que retorno recebem as sociedades em mantendo suas Forças Armadas?

O esperado resultado das respostas a essas perguntas pretendia trazer à tona uma discussão capciosa relativa aos orçamentos militares e de defesa, e sua manutenção ou (principal e justificadamente) sua redução. Ou melhor nominando, a sua *coerência política quantitativa*.

As conseqüências da aplicação dessas teses, agora fundamentadas nas pesquisas de opinião, devem ser:

- congelar os arsenais militares somente do Terceiro Mundo, e no ponto em que estão, e torná-los passíveis de uma auditoria do Conselho de Segurança da ONU;
- proibir o desenvolvimento, a fabricação e/ou aquisição de armas nucleares, químicas e bacteriológicas, assim como artefatos ba-

* Major-Brigadeiro-do-Ar.

lísticos/missilísticos e, até mesmo, pesquisas e desenvolvimento nessas áreas do conhecimento;

- como consequência, países que não aceitem as resoluções da ONU serão submetidos a sanções por parte da comunidade internacional (leia-se G7) que poderão vir a ser de caráter econômico ou militar – postura reafirmada no recente aniversário da OTAN (50 anos);

- caso surgissem recalcitrantes, uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e estoques porventura existentes nas mãos desses infratores e ameaçadores Estados.

Como contrapartida (e como bônus de bom comportamento), os países submissos do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU de preservação de suas fronteiras ou interesses, através de ações econômicas ou militares contra um inimigo que pudesse vir a lhes criar ameaças.

Adotando essa postura, o G7, liderado pelos EUA, atribuirá às Forças Armadas do Terceiro Mundo uma atuação de caráter policial e, na sua visão de puro interesse socioeconômico, tarefas *menos militares*, que já começam a surgir rotuladas de “ameaças aos interesses do Estado”, de combate ao narcotráfico e atuações de interesse social, como combate às calamidades públicas e apoio logístico às operações das polícias civis e militares na luta contra o crime comum (vide *Simpósio do Colégio Interamericano de Defesa* – 1992). E, sob a tutela dessa nova *rationale*, o orçamento militar “ótimo”, arbitrado pela ONU, não deve ser superior a 2% do PIB.

Essa tem sido a tônica das conversações adotada pelas autoridades norte-americanas (há sempre um general como pregador-itinerante), e que têm nos visitado com regular e peculiar insistência (jul/ago de 1999).

Os militares profissionais brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, essas teses. Entretanto, o Governo brasileiro não se manifestou claramente a respeito e, em termos práticos, não patenteou sua posição. Na verdade, sua vontade política vem sendo sorrateiramente demonstrada, na medida em que comprime, ao limite subumano, o exercício da carreira das armas, transformando-a em subprofissão e, por consequência, reduzindo os estímulos até o próprio recrutamento: leia-se salários e oportunidades. Ao mesmo tempo, trata os orçamentos militares com descaso pré-planejado, reduzindo-os drasticamente e incoerentemente, permitindo que os atuais meios disponíveis para o cumprimento das missões tenham atingido o perigoso nível de empobrecimento operacional. Mercê, portanto, da miserabilização e do sucateamento que o Governo vem impondo continuamente às Forças Armadas (e aí não está sua vontade política?), ele próprio – à guisa de compensação por atos falhos cometidos – oferece capacidade de atuação operacional no campo social, em troca dos beneplácitos políticos e financeiros daí provenientes, capazes de gerar as recompensas orçamentárias de que tanto as Forças Armadas necessitam.

A despeito de tudo que se elabora, em termos de ações e pensamentos sobre a matéria, a posição dos Grandes, do G7, não mudou. Até evoluiu. Hoje, já encontra gua-

rida de aceitação mundial (como se contrapor?) de atuação militar de legalidade arbitrada pelo Conselho de Segurança da ONU (vejam Iugoslávia e, recentemente, a Colômbia) ou a da invasão consentida.

A esse respeito, permito-me fazer as seguintes citações:

- *A guerra contra a Iugoslávia veio levantar teses intervencionistas que representam perigo futuro para o Brasil e para todos os países emergentes. Elas colocam nossa soberania sob o risco do arbítrio das decisões dos poderosos.* (General Carlos de Meira Mattos – *Folha de São Paulo*, 13.01.1999.)

- *O General Barry McCaffrey, diretor do Escritório Nacional para a Política de Controle de Drogas dos EUA defendeu, em visita a Bogotá, algum tipo de supervisão internacional na área de 24 mil km² do sudeste da Colômbia, desmilitarizada pelo Governo para diálogo com a guerrilha.* (*Jornal do Brasil*, 26.07.1999.)

- *Esse tipo de ameaça (relações de segurança norte/sul-americanas) existe, e os EUA a usam para induzir a transformação das Forças Armadas sul-americanas em gendarmerias e guarda-costas.* (Almirante Mario Cesar Flores, *Jornal do Brasil*, 29.07.1999.)

- *Numa época de mudanças profundas como a atual, é preciso questionar velhas certezas conceituais e seus instrumentos inspirados no passado.* (Almirante Mario Cesar Flores – *INCAER*, julho de 1999.)

- *Os militares argentinos, enfrentando julgamento público e falta de recursos, estão*

precisando muito de uma injeção de prestígio, mesmo que sob falsos pretextos. (Sobre a Força de Intervenção na Colômbia – *Jornal do Brasil*, 1^o de agosto de 1999.)

Por sorte do Brasil (embora ainda timidamente), alguns pensadores e ideólogos militares, como os acima citados General Meira Mattos e Almirante Mario Flores, e alguns poucos parlamentares vêm se arregimentando em torno de um ideário de contraposição. Por enquanto, todas as manifestações a esse respeito vêm transitando pela mídia, com a assinatura e responsabilidade dos membros da reserva das Forças Armadas. Nada formal.

Como é natural, manifestações formais só poderão transitar via cadeia de Comando. Hoje, a Política de Defesa está submetida às interveniências de um ingrediente político via Ministério da Defesa, e não mais e somente daquele proveniente da caserna.

A perseverar essa vontade política de Governo, já indireta e longamente expressa por esses períodos de exercício dos mandatos, que dizer agora em que o novo interveniente tem muito mais um agregado político do que profissional-militar?

Por essas e outras razões, facilmente mobilizáveis, conclamamos:

Atenção ideólogos e pensadores de plantão: novas doutrinas, critérios e reorganização de estrutura e meios para nossas Forças Armadas surgirão, para sustentáculo da nova ordem militar – a curto prazo e por conveniência e, até mesmo, por conviência.

Estejamos, pelo menos, cientes e conscientes delas.

